Briefing sobre Produção e Compra Responsável do Proforest

02

Introdução a iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem para *commodities* agropecuárias

Empresas, governos e ONGs estão reconhecendo que implementar compromissos de produção e compra responsável de *commodities* é uma tarefa complexa, e que trabalhar com produtores individuais em cadeias de fornecimento individuais nem sempre é eficaz. Iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem estão surgindo como uma maneira de atingir diversos objetivos – incluindo a produção responsável de *commodities* agropecuárias e florestais – em uma escala mais ampla.

O apoio a essas abordagens está crescendo rapidamente, mas nem sempre está claro o que são essas iniciativas e como elas podem transformar as cadeias de fornecimento de *commodities*. Diferentes iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem envolvem diferentes atividades, objetivos e partes interessadas e, portanto, podem alcançar resultados distintos. Não existe uma abordagem "correta", mas é importante deixar claro o que a iniciativa poderá oferecer.

Este segundo *briefing* introduz o conceito de iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem e descreve algumas das abordagens existentes hoje. O terceiro *briefing* analisa como estas iniciativas podem ajudar a atingir os compromissos de produção e compra responsável.

Pontos principais

- Uma série de iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem estão sendo desenvolvidas: embora sejam ligeiramente diferentes entre si, elas se sobrepõem consideravelmente em termos de metas e abordagens.
- Iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem podem ajudar a cumprir uma série de objetivos, incluindo os compromissos de compra responsável.
- Abordagens diferentes envolvem diferentes partes interessadas, metas, alinhamento de atividades e medidas de responsabilização, de modo que essas diferenças determinarão os resultados da abordagem.

O que são “iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem”?

Diversos termos estão sendo usados para descrever uma gama de abordagens semelhantes, mas não idênticas. Entre os termos usados estão: iniciativas em escala de paisagem, abordagens jurisdicionais, abordagens territoriais, municípios verdes e pactos produzir–conservar–incluir.

Todas essas iniciativas visam reunir as partes interessadas relevantes em uma determinada região, em uma paisagem ou jurisdição, para chegar a um acordo quanto aos objetivos, alinhar suas atividades e compartilhar o trabalho de monitoramento e verificação.

Nos nossos documentos usamos o termo “iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem” para incluir toda a gama de abordagens.

Figura 1: Visão geral esquemática dos elementos da maioria das iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem

Quais são os elementos de iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem?

Uma variedade de iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem estão sendo desenvolvidas. De maneira geral, elas combinam a maioria dos seguintes elementos ou todos eles:

- **Desenvolvimento e implementação na escala** de uma jurisdição (ou seja, governo local ou nacional) com foco no desempenho de toda a região.
- **Participação do governo**, juntamente com outras partes interessadas, tais como grupos da sociedade civil, comunidades, empresas do setor privado e produtores rurais.
- **Um ou mais objetivos comuns** que contribuem para o desenvolvimento sustentável (por exemplo, reduzir o desmatamento, eliminar o trabalho infantil ou apoiar pequenos produtores).
- **Alinhamento das atividades** e contribuições das diferentes partes interessadas (por exemplo, incentivos, planejamento e execução) para aumentar a eficácia.
- **Medidas de responsabilização** para fornecer garantia e credibilidade, incluindo governança a longo prazo, verificação, monitoramento, comunicação e transparência.

Obviamente, combinar todos estes elementos não é fácil. Essas abordagens são necessariamente complexas porque exigem que múltiplas partes interessadas colaborem de maneira inovadora para lidar com questões difíceis fundamentadas em leis, políticas, governança, cultura e prática de negócios. No entanto, há um crescente consenso de que, apesar dos desafios, esta abordagem mais integrada tem grande potencial para produzir impactos positivos significativos.

Por que o interesse em iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem?

Abordagens para produção e compra responsável em cadeias de fornecimento e produtores individuais são muito importantes, mas também podem ser dispendiosas, complexas e por vezes ineficazes. Iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem que funcionam com uma gama de parceiros incluindo governos, alinhando atividades em escala e combinando vários tipos de apoio, podem contribuir para a produção mais responsável de *commodities* de diversas maneiras:

Cumprimento de compromissos: iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem podem oferecer aos compradores uma maneira prática de reduzir o risco de seus compromissos de compra responsável não serem cumpridos por todos os produtores em uma paisagem. Ao mesmo tempo, eles fornecem uma possível solução para o desafio de implementar compromissos que estão fora do controle dos produtores individuais (por exemplo, proteger áreas de conservação ou reconhecer direitos comunitários).

Torna a certificação mais acessível: a maioria das empresas utilizam certificações como uma das principais maneiras de demonstrar o cumprimento de seus compromissos. Iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem podem tornar uma certificação mais barata, mais eficiente, e – o mais importante – mais inclusiva para pequenos produtores.

Compras com impacto positivo: há um entusiasmo crescente em muitas empresas para ir além do atendimento de seus compromissos e procurar formas de produzir impactos positivos de longo prazo. Iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem oferecem uma plataforma para parcerias público-privadas, que podem fornecer apoio e incentivos para mudanças, transformação em escala e melhoria de governança no longo prazo.

Isso é discutido mais detalhadamente no **Briefing 03: implementação da compra responsável – como usar iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem.**

Quais são as diferenças entre as abordagens?

Iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem estão sendo desenvolvidas por diferentes grupos para diferentes finalidades. Isso é importante porque essas diferenças podem afetar os objetivos, a direção e os resultados da iniciativa. As características específicas de participação, metas, alinhamento de atividades e medidas de responsabilização determinam qual será o provável resultado de uma iniciativa. Os resultados dependerão de variáveis como:

Quais as partes interessadas que participam e suas funções: isso pode influenciar a eficácia da abordagem e sua credibilidade com as partes interessadas internas e externas. O grau de engajamento do governo e a inclusão e o empoderamento de outras partes interessadas também são particularmente importantes.

Os objetivos da abordagem: podem variar de uma meta muito específica, como reduzir o desmatamento ou eliminar o trabalho infantil, para metas mais abrangentes, como determinar uma série de compromissos de compra responsável, e até mesmo metas muito amplas, como acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs, *Sustainable Development Goals*, em inglês).

O alinhamento de atividades e contribuições: isto pode variar de uma associação livre, onde diferentes grupos trabalham individualmente para um objetivo comum, até uma abordagem genuinamente integrada, onde problemas identificados através de uma atividade ou grupo são solucionados por outro.

O tipo e grau de responsabilização: depende da finalidade da iniciativa. Em geral, quanto mais robusta e confiável a prestação de contas, mais cara e complexa ela será, por isso é importante esclarecer o que é necessário e por quê. Quando um alto nível de credibilidade for necessário, custos mais elevados serão justificáveis; em outros casos, um pouco inferior com custos muito mais baixos pode ser mais adequado.

Embora muitas características coincidam em diversos casos, há também considerável variação nas características de diferentes iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem. Não há uma única abordagem "correta". O tipo de abordagem, no entanto, afeta significativamente os resultados, e por essa razão praticantes e usuários dessas iniciativas devem ter objetivos claros a ser alcançados, bem como saber se as características de determinada abordagem atenderão às suas necessidades.

Veja abaixo alguns exemplos de iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem desenvolvidas para diferentes finalidades.

Voltadas para *commodities*

O recente foco em iniciativas jurisdicionais ou em escala de paisagem como uma ferramenta para transformar as cadeias de fornecimento de *commodities* levou ao desenvolvimento de uma série de outras iniciativas que procuram estabelecer um vínculo entre cadeias de fornecimento e paisagens.

Algumas dessas iniciativas são a IDH Initiative for Sustainable Landscapes; a EII Forests, Farms and Finance Initiative; a Protect–Produce Compact, lançada por dois membros do Consumer Goods Forum, além de programas da TNC, CI, WWF e outras organizações.

Conduzidas pelo governo

O programa Municípios Verdes do governo do estado do Pará foi um dos primeiros programas jurisdicionais do Brasil voltados para a redução do desmatamento, seguido pelo programa Produzir–Conservar–Incluir do governo do Mato Grosso.

A Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) envolve quase 30 estados e províncias de diversos países trabalhando para aprovar programas jurisdicionais destinados a promover o desenvolvimento rural de baixa emissão e a redução de emissões por desmatamento e uso da terra (REDD+).

REDD+

A Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) foi desenvolvida no âmbito das negociações da UNFCCC sobre mudança do clima, e tem como objetivo proporcionar pagamentos baseados em desempenho na proteção da floresta que, de outra forma, seria desmatada. O programa *Forest Carbon Partnership Facility* (FCPF) do Banco Mundial e o programa REDD da ONU são os dois principais precursores dos projetos REDD+ da UNFCCC, embora também existam muitos programas voluntários para fornecer incentivos à proteção florestal fora desta abordagem.

Legalidade e governança

Embora não sejam desenvolvidos como "iniciativas jurisdicionais", programas como o FLEGT, voltado para a legalidade da madeira da União Europeia, que trabalham com os países para introduzir sistemas de garantia de legalidade e licenciamento, costumam ter muitas características em comum. Eles são baseados em compromissos do governo com outros atores chaves – incluindo o setor privado e a sociedade civil – e em processos para que todos os agentes definam objetivos comuns (relacionados à legalidade), identifiquem lacunas, alinhem as atividades e estabeleçam um monitoramento robusto.

Para fazer o download deste documento em outros idiomas, acesse www.proforest.net/publications

Escritório Internacional (RU)
T: +44 (0) 1865 243 439
E: info@proforest.net

Escritório da África (Gana)
T: +233 (0)302 542 975
E: africa@proforest.net

Escritório da América Latina (Brasil)
T: +55 (61) 8624 2519
E: americalatina@proforest.net

Escritório do Sudeste Asiático (Malásia)
T: +60 (0)3 2242 0021
E: southeastasia@proforest.net

SETEMBRO DE 2016